

III Congresso Histórico Internacional

25 a 27 de outubro de 2023

AS CIDADES NA HISTÓRIA: ECONOMIA

CIDADE CONTEMPORÂNEA

2023

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

III Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Economia

VOLUME IV

Cidade Contemporânea

COORDENAÇÃO

Antero Ferreira
Alexandra Marques

REVISÃO

Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património

DESIGN GRÁFICO

Maria Alexandre Neves

DATA DE PUBLICAÇÃO

Dezembro de 2025

ISBN (OBRA COMPLETA)

978-972-8050-85-6

ÍNDICE

Cidade Contemporânea – Nótulas de apresentação	7	
Jorge Fernandes Alves		
La actividad económica en la ciudad contemporánea: espacios, formas y procesos en las áreas urbanas españolas	17	
Gonzalo Andrés López		
Simbologias Urbanas de Poder, Saber e Religião	53	
Miguel Castro		
A Grande Transformação – A infra-estruturação do Porto e o contexto político, económico e social do entre séculos XIX/XX	71	3
Mário Mesquita		
O crescimento das actuais cidades de Ourém e de Fátima: a dicotomia originada pelo desenvolvimento do turismo religioso nos anos 1920 e 1930	101	
Fábio Emanuel Oliveira		
O custo da gestão de uma pequena cidade de interior no Portugal da 2.ª metade do século XIX: o caso de Lamego (1851/1852-1900)	121	
Paulo Jorge Oliveira Leitão		
Urbanização extensiva nos anos 1970: o Estado e a interiorização da economia no Brasil e em Portugal	161	
Ricardo Trevisan		
PRAÇA SETE, PAMPULHA E SAVASSI: Centralidades urbanas e modernidade periférica na cidade de Belo Horizonte	173	
Marcelo Cedro		
España 1818-1820: edificios, estructuras urbanas y fuentes geohistóricas	203	
Miguel Ángel Bringas Gutiérrez		
Ana Luna San Eugenio		
Rafael Sánchez Domingo		

Cartographic, descriptive and quantitative sources for analysing the urban space: Rome in the 18th and 19th centuries	223
Keti Lelo	
Las geografías médicas españolas como fuente para la investigación económico- social de las ciudades del siglo XIX	243
Alejandro Vallina Rodríguez Ángel Ignacio Aguilar Cuesta Concepción Camarero Bulón	
Comércio e inovação: Um paralelo entre as transformações dos espaços de comércio e as Revoluções Industriais	267
Gabriela Incagnoli de Gouveia Nayara Pires Valter Caldana	
Memorial Berlim A Subversão do Sujeito	287
Francisco Palmeira de Lucena	
Mudanças e permanências na vocação industrial de uma comunidade: “casa”, “oficina” e “fábrica” na indústria de curtumes em Guimarães	315
Elisabete Pinto	
Memórias do Rio de Janeiro: um estudo sobre capitalismo brasileiro e distinções sociais	337
Isabel Feix	
O Município de Lisboa durante a I Guerra Mundial: Desafios e Práticas Económico-Sociais	361
Eunice Relvas	
A farmácia como espaço de sociabilidade e o farmacêutico como elemento de mudança em Lamego, entre 1899 e 1933 – a Farmácia Monteiro e Joaquim Monteiro da Fonseca	389
Isilda Monteiro	
Fiat urbem!: O fenómeno religioso enquanto agente criador de cidade no mundo contemporâneo. O caso de Fátima	419
André Melícias	
As cidades e as sarjetas: a poluição aquática e o elemento urbano na bacia hidrográfica do rio Ave (1892-1974)	449
José Rafael Soares	
Os Circuitos de abastecimento de Produtos Hortofrutícolas a Lisboa: Instituições, Relações Sociais e Quotidianos (1880-1970)	471
Leonardo Aboim Pires	
A construção do edifício dodecagonal dos “Banhos Velhos” de Caldas das Taipas (1868-1875)	505
António José de Oliveira	

- As políticas florestais na foz dos rios Lima e Cávado durante a Regeneração:
entre a continuidade e o Progresso** 537
Ana Isabel Lopes
- Água para a cidade: revisitar o *Projeto de Abastecimento
de Água à Cidade de Guimarães* (1949-1950)** 567
Célia Oliveira

**A farmácia como espaço de
sociabilidade e o farmacêutico
como elemento de mudança em
Lamego, entre 1899 e 1933
– a Farmácia Monteiro e Joaquim
Monteiro da Fonseca**

Isilda Monteiro

A FARMÁCIA COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE E O FARMACÊUTICO COMO ELEMENTO DE MUDANÇA EM LAMEGO, ENTRE 1899 E 1933 – A FARMÁCIA MONTEIRO E JOAQUIM MONTEIRO DA FONSECA

Isilda Monteiro

ESEPF; CITCEM

isildamonteiro@esepf.pt

391

Resumo

Espaço de sociabilidade de referência em Lamego, pela Farmácia Monteiro, passaram, entre 1899 e 1933, à procura da cura para os males que os apoquentavam, além dos homens e mulheres de vidas simples, muitas das personalidades que marcaram a história da cidade.

Aí se debatiam as grandes e as pequenas questões da cidade e do país, tal como acontecia, embora de forma mais condicionada pelos formalismos institucionais, nas salas da Câmara Municipal ou da Santa Casa da Misericórdia de Lamego. Desta forma, o estudo desenvolvido sobre a Farmácia Monteiro e o farmacêutico Monteiro da Fonseca, que a fundou e dirigiu, possibilita não só conhecer o percurso de vida de um homem que, nascido no outro lado do Rio Douro, em Mesão Frio, se estabeleceu em Lamego, integrando-se com aparente facilidade nas redes de poder local, como as dinâmicas da vivência e da atuação das elites lamecenses no final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX.

O levantamento exaustivo da informação das fontes arquivísticas, hemerográficas e impressas permitiu perceber, a partir da Farmácia Monteiro e do farmacêutico Monteiro da Fonseca, a vida de uma cidade que, no período em estudo, procurou soluções para debelar a crise da região duriense onde está implantada.

Palavras-chave: Elites locais, Farmácia, Douro, Lamego

Introdução

Espaço de sociabilidade por excelência, pela Farmácia Monteiro, fundada por Joaquim Monteiro da Fonseca em 1899 no centro da cidade de Lamego, passaram, além dos homens e mulheres de vidas simples à procura da cura para os males que os apoquentavam, muitas das personalidades que marcaram a história da cidade, durante a fase conturbada do final da Monarquia e da instauração da República. A presença de um farmacêutico social e politicamente ativo como Joaquim Monteiro da Fonseca, o aspeto aprazível que os balcões e frascos coloridos conferiam ao estabelecimento, colocaram a Farmácia Monteiro no roteiro dos espaços frequentados pela elite local. Tal como acontecia nas salas da Câmara Municipal, da Santa Casa da Misericórdia ou da Associação Comercial, aí se debatia a vida da cidade e do País, em tertúlias de amigos e correligionários políticos e, por isso, de forma menos condicionada pelos formalismos institucionais que aqueles exigiam. A imprensa local, sempre atenta ao pulsar da cidade em função dos seus interesses e simpatias, fazia-se frequentemente eco dessas conversas para defender ideias ou alimentar polémicas.

Desta forma, o estudo que estamos a desenvolver sobre o farmacêutico Monteiro da Fonseca, proprietário da Farmácia Monteiro ao longo de 35 anos, 1899 a 1933, e cujos primeiros resultados apresentamos agora, possibilita, também, conhecer as dinâmicas da vivência e da atuação das elites locais numa cidade do interior do País em prol do desenvolvimento local.

Com uma longa história, Lamego é uma cidade do interior duriense onde, entre o final de oitocentos e o início de novecentos, a coexistência da aristocracia e da burguesia com algumas posses e ambições imprimiam à sociedade lamecense e à malha urbana em crescimento nessa época marcas muito próprias, potenciadas pelas mudanças políticas e sociais.

Residindo em solares localizados maioritariamente na proximidade da Sé e do Paço Episcopal (Moreira, 2018: 53), a nobreza lamecense forneceu à Monarquia Constitucional deputados, pares do Reino e ministros, ao mesmo tempo que, ao nível local, assegurava o

governo da cidade (Pereira, 2011). Por sua vez, na parte alta de Lamego, em torno da Praça do Comércio e da Rua de Almacave, cada vez mais o coração da cidade, ganhava dimensão e visibilidade a burguesia, apostada em a redesenhar à medida dos seus interesses. A oportunidade para o fazer surgiu com a implantação da Primeira República. Afastada a aristocracia, abre-se o caminho a comerciantes, a brasileiros de retorno, a homens que embora nascidos em famílias humildes tiveram a possibilidade de estudar em Coimbra, abrindo horizontes e alargando saberes. Entre 1910 e 1926, são eles os novos homens do poder político em Lamego.

394 Joaquim Monteiro da Fonseca não era natural de Lamego – nasceu em 1864, em Vale Pentieiro, freguesia de Barqueiros, concelho de Mesão Frio¹ – mas estabeleceu-se nesta cidade como farmacêutico, a partir de 1886. A análise do seu percurso biográfico permite perceber a forma como, estrategicamente, procurou integrar as redes do poder local, associando-se quer a instituições multisseculares de reconhecido peso social na cidade, com especial destaque para a Santa Casa da Misericórdia, quer a outras que estavam a dar os primeiros passos no início do século XX, como a Associação dos Bombeiros Voluntários ou a Associação Comercial de que Monteiro da Fonseca foi cofundador em 1905. Não descuidando a filiação partidária, o farmacêutico, como tantos outros em Lamego, associou-se ao Partido Regenerador nos últimos anos da Monarquia e deu o seu apoio ao Partido Republicano Português após 1910. Monteiro da Fonseca, sabia que, faltando-lhe o respaldo de uma família reconhecida socialmente e não bastando o mérito e a capacidade empreendedora que desde muito jovem demonstrou possuir, tinha de integrar as redes que potenciavam amizades e cumplicidades para ascender socialmente (Cruz, 2007: 108) e, dessa forma, assegurar também o sucesso do seu negócio.

A integração em redes de sociabilidade, formais e informais, dos elementos da pequena burguesia urbana, assumia especial relevância nesta cidade do interior duriense, gerando um capital social facilitador das relações de confiança e da partilha de valores e códigos de conduta (Ostrom, Ahn, 2007) que beneficiam a mobilidade social ascendente e a participação política (Lake, Huckfeldt, 1998). A maneira como estas redes se organizavam e que, na época, iam da informalidade da vizinhança à formalidade do associativismo, «corresponde, em boa parte dos casos, uma forma particular de articulação de um coletivo e, ainda, práticas de sociabilidade próprias» (Pereira, Samara, Godinho, 2016: 7).

Em Lamego, no virar do século XIX para o século XX, tal como acontecia em outras localidades do país, o associativismo constituía-se como a porta de acesso a redes de sociabilidade que permitiam aos mais empreendedores e ambiciosos um maior sucesso nos negócios e na vida pessoal e familiar. Embora o número de associações existentes na cidade de Lamego fosse significativo e diversificado quanto aos objetivos e enquadramento social

1 ADVR, *Registos Paroquiais*, Mesão Frio, Barqueiros, Batismos, Liv. 1864, fl. 10v.

dos associados, a verdade é que um primeiro olhar nas listas de sócios das instituições de maior relevância – Santa Casa da Misericórdia, Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, Associação dos Bombeiros Voluntários e Club Lamecense –, permite perceber que em resultado da reduzida base social de recrutamento dos seus sócios (nas freguesias urbanas, Sé e Almacave, em 1900 residiam 9475 pessoas², das quais apenas uma pequena parte teria interesse e condições financeiras para integrar estas associações) há nomes que se repetem. Joaquim Monteiro da Fonseca é um deles. Irmão desde 1891 da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, também foi sócio dos Bombeiros Voluntários da cidade, tendo sido eleito em janeiro de 1900 secretário do Conselho Fiscal, de que era presidente o advogado Francisco David Calder e vogal o comendador Joaquim de Assunção Ferraz. A Direção era presidida pelo médico do Hospital da Misericórdia, Eduardo Pereira Vale, tendo como vice-presidente Acácio Mendes Magalhães Ramalho (*O Progresso*, 13.1.1900: 2), que virá a ser deputado por Lamego entre 1902 e 1910, todos eles, tal como Monteiro da Fonseca, irmãos da Misericórdia local. Contudo, contrariamente a muitos daqueles com quem privava nestas associações, Monteiro da Fonseca nunca se fez irmão da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, instituição de relevância na cidade (Carvalho, 2013: apêndice 1).

Monteiro da Fonseca foi também sócio do Club Lamecense, marcando presença nas *soirées* dançantes que animavam as noites até altas horas da madrugada, juntamente com outras personalidades de relevo na sociedade local, como Ribeiro Conceição, um brasileiro de torna-viagem que em 1928 inaugurou no centro da cidade um teatro com o seu nome, e José Teixeira Rebelo Júnior, fundador e sócio das Caves Raposeira (*A Semana*, 2.5.1908: 1).

Porém, evidenciando uma personalidade com características muito próprias, Monteiro da Fonseca, embora tenha procurado fazer a sua integração social e política na cidade onde se estabeleceu após 1886, nem sempre viveu, ao nível familiar, conforme aos cânones da conservadora sociedade lamecense. Dos três casamentos que fez, teve sete filhos, todos eles nascidos antes de ter formalizado a situação matrimonial com as respetivas mães – Maria Margarida da Paixão Magalhães, sua segunda mulher (seis filhos) e Leopoldina do Nascimento, sua terceira mulher (uma filha). A relação com Maria Margarida terá mesmo começado antes de terminado o seu primeiro matrimónio com Umbelina Augusto Pereira da Fonseca.

Dinâmico, empenhado e de relacionamento fácil, o farmacêutico Monteiro da Fonseca marcou a cidade de Lamego entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, contribuindo para o seu desenvolvimento. O seu nome é uma referência habitual nas páginas da imprensa local, quer para lhe dar os parabéns pelo seu aniversário, quer para

2 PORTUGAL. Ministério dos Negócios da Fazenda (1905). *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1, p. 252.

dar conta dos seus sucessos pessoais, associativos ou partidários, quer ainda para, de uma forma mais ou menos direta, lhe apontar erros e fragilidades. O levantamento dessa informação, juntamente com a que obtivemos da leitura das atas de vereação da Câmara Municipal de Lamego, de que Monteiro da Fonseca foi vereador, e da documentação da Santa Casa da Misericórdia, de que foi irmão e em cujo hospital exerceu as funções de farmacêutico a partir de 1903, permite conhecer com algum pormenor o seu percurso de vida e a partir dele perceber de que forma este homem nascido no outro lado do rio Douro, construiu e geriu o seu espaço na sociedade lamecense, ao longo de mais de quatro décadas, entre 1886 e 1933, ano do seu falecimento.

1. O percurso profissional de Monteiro da Fonseca e a integração na sociedade lamecense (1886-1903)

Joaquim Monteiro da Fonseca nasceu em 2 de julho de 1864 em Vale Pentieiro, S. Bartolomeu de Barqueiros, tendo sido batizado dez dias depois na igreja matriz. Era o quinto filho de João Monteiro Praça e de Antónia Teresa da Conceição, «governanta de sua casa», casados treze anos antes, no dia 30 de junho de 1851³, nessa mesma igreja.

396

Foi apadrinhado por António José de Oliveira Braga, negociante em Amarante, e Amélia da Conceição, natural de Mesão Frio, cujos nomes se destacam no Livro de Registo dos Batismos pelo esmero da assinatura, por contraponto à habitual cruz dos que não sabiam ler e escrever⁴.

Sobre a infância e juventude de Joaquim Monteiro da Fonseca nada se sabe, podendo ter aprendido as primeiras letras na sua aldeia, Barqueiros, num dia a dia feito na proximidade do Rio Douro. Contudo, o jovem Joaquim não seguiu nem a profissão de marinheiro a que muitos conterrâneos seus se dedicavam, nem a de sapateiro, profissão do seu pai. Joaquim Monteiro da Fonseca veio a ser farmacêutico.

Nessa época, segunda metade do século XIX, havia duas formas de aceder a essa profissão. Uma delas passava por frequentar a Escola de Farmácia criada por Passos Manoel em 1836, nas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto ou na Universidade de Coimbra, anexa à Faculdade de Medicina. A outra, mais antiga, dava acesso ao título profissional através da prática em farmácia – no mínimo, oito anos –, seguida de um exame final numa das referidas Escolas Médico-Cirúrgicas. O número dos que acediam à profissão por este processo, chamados de «farmacêuticos de segunda classe», foi sempre muito superior aos que seguiam o curso regular, os ditos «farmacêuticos de primeira classe». Apenas a partir

3 ADVR, *Registos Paroquiais*, Mesão Frio, Barqueiros, Casamentos, Liv. 1845-1859, fl. 39v.

4 ADVR, *Registos Paroquiais*, Mesão Frio, Barqueiros, Batismos, Liv. 1864, fl. 10v.

de 1902 o ensino farmacêutico passou a ser considerado ensino superior. A reforma desse ano uniformizou a formação dos farmacêuticos, tendo eliminado a dupla via de acesso à profissão (Dias, 2020: 20).

Segundo informação disponibilizada pelo próprio Joaquim Monteiro da Fonseca, quando da sua inscrição na Sociedade Farmacêutica Lusitana, antecessora da atual Ordem dos Farmacêuticos, a sua formação terminou na Escola Médico Cirúrgica do Porto em 22 de julho de 1886⁵. Poucos meses depois, em setembro, tinha ele 22 anos, iniciou, como farmacêutico, a sua atividade profissional em Lamego, na Farmácia Magalhães, situada no centro da cidade, na Praça do Comércio (no lado oposto aquele onde, anos mais tarde, virá a estabelecer a sua própria farmácia). O contrato de arrendamento foi celebrado entre Joaquim Barros de Figueiredo, proprietário da Farmácia, e Monteiro da Fonseca, em plenas festas de Nossa Senhora dos Remédios, a 6 de setembro de 1886⁶.

Nesta época, situação que se manterá até à entrada em vigor do Decreto-lei 23.422 de 29 de dezembro de 1933, a gerência da farmácia não era inseparável da sua propriedade, pelo que o arrendamento não levantava problemas, desde que fosse assegurada a presença permanente de um farmacêutico no estabelecimento (Cunha, 1951).

O arrendamento foi feito para dez anos, mediante o pagamento da renda de 320 mil réis por ano, em prestações trimestrais. Como fiadores principais, Monteiro da Fonseca apresentou os seus familiares Félix Monteiro Praça e Maria de Jesus Monteiro, sua mulher, proprietários em Cambres, e, no caso de estes faltarem ao cumprimento das suas obrigações, José Augusto Vaz Pereira – cuja filha, Umbelina, viria a desposar pouco depois – e mulher, Maria Augusta Batista Barros, proprietários e moradores em Lamego.

Barros de Figueiredo ficava obrigado a «não montar estabelecimento de farmácia na área do concelho de Lamego [...] durante o prazo do arrendamento», e «a não vender a farmácia, nem o prédio onde ela se acha, sem audiência do locatário, ao qual fica reservado o direito de preferência a qualquer outro comprador em igualdade e circunstâncias»⁷.

No ano em que arrendou a farmácia de Oliveira Barros, Joaquim Monteiro da Fonseca estava ainda solteiro. Em local e data que se desconhece, mas que se situará entre 1886 e 1893, casou com Umbelina Augusto Pereira da Fonseca, natural de Almacave onde nasceu em 22 de julho de 1871⁸, filha de José Augusto Vaz Pereira – seu fiador no contrato de arrendamento da Farmácia Magalhães – e de Custódia Augusta da Silva Lopes, já falecida.

5 CDF, *Processo de Joaquim Monteiro da Fonseca*, PT/OF/CDF/C-A/004-004/0003/00010.

6 ADVIS, *Registo Notarial*, Lamego, Notário José Benedito Gonçalves, Liv. 714/30, fl. 94v-95v.

7 ADVIS, *Registo Notarial*, Lamego, Notário José Benedito Gonçalves, Liv. 714/30, fl. 94v-95v.

8 AMDL, *Registos Paroquiais*, Lamego, Almacave, Batismos, Liv. 1871, fl. 27v-28.

Durante a vigência curta deste casamento – Umbelina morreu em 12 de julho de 1893, aos 21 anos de idade, sem descendência⁹ –, Joaquim Monteiro da Fonseca manteve uma relação extraconjugal com Maria Margarida da Paixão Magalhães, nascida e criada em Almacave, que, por ser vivida no espaço reduzido dessa freguesia da cidade, não escapou aos olhares dos lamecenses e foi exposta de forma mais ou menos velada na imprensa local. Desta relação, nasceram seis filhos, os dois primeiros ainda em vida da mulher Umbelina – Acácio (10 de fevereiro de 1890), e Joaquim (12 de julho de 1891) batizados na Igreja de Almacave como filhos de pai incógnito¹⁰. Tendo enviuvado em 1893, Monteiro da Fonseca não teve pressa em legalizar a situação com a mãe dos seus filhos. O casamento veio a celebrar-se apenas na noite de 11 de fevereiro de 1903, onze anos depois de ter ficado viúvo e de terem nascido, no entretanto, mais quatro filhos: Joaquim (26.10.1893)¹¹ – segundo de nome, uma vez que o primeiro, nascido em 1891 não completou o primeiro ano de vida, tendo morrido em 27 de junho de 1892, em Várzea de Abrunhais¹² – Félix (8.8.1895)¹³, António (26.9.1899)¹⁴ e Artur (7.2.1902)¹⁵. Contrariamente aos dois irmãos mais velhos, estes últimos foram batizados como filhos ilegítimos de Joaquim Monteiro da Fonseca.

Durante alguns anos, a sua pouco convencional situação familiar não parece, contudo, ter criado obstáculos à integração do farmacêutico na sociedade lamecense.

398

Admitido em 20 de março de 1891, aos 26 anos, como irmão da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, prestou juramento em 10 de julho¹⁶. Nos anos seguintes, Monteiro da Fonseca participou ativamente na vida da instituição. Em 2 de julho de 1892 marcou presença pela primeira vez no complexo e formal ato eleitoral para constituição da Mesa que administraria a Santa Casa entre 1892-1893, realizada, como habitualmente, na Igreja da Misericórdia, situada na Rua de Almacave, tendo o seu nome sido sugerido pelo provedor para escrutinador¹⁷. Em 1893 foi eleito mesário, sob a provedoria de António Albino de Andrade¹⁸, tendo assinado nessa qualidade o auto de inauguração do Hospital da Santa Casa (Andrade, 1892: 145), voltando a ser de novo escolhido em 1894, dessa vez tendo por provedor o cônego João José Teixeira Fafe¹⁹.

9 AMDL, *Registos Paroquiais*, Lamego, Almacave, Óbitos, Liv. 1893, assento n.º 24.

10 AMDL, *Registos Paroquiais*, Lamego, Almacave, Batismos, Liv. 1890, assento n.º 20; Liv. 1891, assento n.º 87.

11 AMDL, *Registos Paroquiais*, Lamego, Almacave, Batismos, Liv. 1893, assento n.º 10.

12 AMDL, *Registos Paroquiais*, Lamego, Várzea de Abrunhais, Óbitos, Liv. 1892, assento n.º 4.

13 AMDL, *Registos Paroquiais*, Lamego, Almacave, Casamentos, Liv. 1903, assento n.º 5.

14 AMDL, *Registos Paroquiais*, Lamego, Almacave, Batismos, Liv. 1900, assento n.º 77.

15 AMDL, *Registos Paroquiais*, Lamego, Almacave, Batismos, Liv. 1903, assento n.º 12.

16 ASCML, *Livro de Registo dos Irmãos*, A – Lº 547, fl. n. n.

17 ASCML, *Livro de Termos das Eleições*, B – Lº 1, fl. 58v.

18 ASCML, *Livro de Termos das Eleições*, B – Lº 1, fl. 62.

19 ASCML, *Livro de Termos das Eleições*, B – Lº 1, fl. 67.

No entretanto, o negócio na Farmácia Magalhães deve ter corrido de feição para o jovem Monteiro da Fonseca. Em 7 de setembro de 1896, passados dez anos sobre a celebração do primeiro contrato, renovou o arrendamento. Contudo, desta vez, apenas o fez pelo período de dois anos, certamente o tempo que considerou necessário para preparar a abertura do seu próprio estabelecimento – a Farmácia Monteiro.

No contrato então celebrado, Monteiro da Fonseca comprometia-se a manter aberta a farmácia ao longo dos dois anos contratualizados e «a exercer nela durante todo esse tempo a sua profissão de farmacêutico», podendo, no entanto, também exercê-la «em outra qualquer parte, mas contanto que a farmácia arrendada esteja aberta, conservando-se nela as drogas e mais objetos próprios da farmácia, podendo ser ou deixar de ser aviada qualquer receita»²⁰. O valor da renda anual, 235 mil réis, era inferior ao que fora estipulado em 1886 (320 mil réis por ano), mas continuava a ser pago trimestralmente. Como fiadores, Monteiro da Fonseca já não se socorreu da família, tendo apresentado António Capela Osório da Mota, também irmão da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, instituição de que, mais tarde, veio a ser provedor, e José Maria Barreiros, tornando evidente a sua boa inserção nos círculos do poder local.

António Capela Osório da Mota virá a ser também padrinho do seu filho António, nascido em 1899 e batizado no ano seguinte²¹. Curiosamente, Osório da Mota era então membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia cessante em oposição à qual, nas eleições realizadas poucos dias antes do batizado, se propusera uma «lista regeneradora», que integrava Monteiro da Fonseca. Por entre alguma polémica a que a imprensa deu espaço nas suas páginas, foi esta a lista escolhida, tendo Monteiro da Fonseca, uma vez mais, ocupado um lugar na Mesa que passou a dirigir os destinos da Misericórdia de Lamego (*A Semana*, 30.6.1900), tendo por provedor Acácio Mendes de Magalhães Ramalho (*A Semana*, 7.7.1900).

O arrendamento da Farmácia Magalhães terminou em 6 de setembro de 1898 e, desta vez, Monteiro da Fonseca não o renovou, dedicando-se nos meses seguintes a tempo inteiro à montagem da sua farmácia na Praça do Comércio. No ano seguinte, em 1899 requereu à Câmara Municipal licença para colocar, por cima da porta do estabelecimento, um globo com os seguintes dizeres «Pharmacia Monteiro. Serviço Permanente», pedido que foi deferido em reunião de vereação de 6 de julho desse ano²².

Contudo, nos primeiros dias de 1901, pouco tempo depois da abertura ao público da nova farmácia, uma explosão provocada por uma fuga de gás acetileno fez grandes estragos no seu interior, tendo a «mesa dos aviamentos» que estava no centro ficado destruída

20 ADVIS, *Registo Notarial*, Lamego, Notário Valentim Duarte Cerdeira, Liv. 772/48, fl. 10-12v.

21 AMDL, *Registos Paroquiais*, Lamego, Almacave, Batismos, Liv. 1900, assento n.º 77.

22 AML, *Atas de Vereações*, Liv. 1892-1900, sessão 6.7.1899, fl. 184.

(*O Progresso*, 5.1.1901: 2). Por essa razão, deslocou-se ao Porto, ainda nessa semana, para adquirir novo mobiliário e material (*A Semana*, 19.1.1901: 2) (Fig. 1).

Monteiro da Fonseca que, na altura da explosão, estava na farmácia a tentar localizar a fuga, por sorte, como sublinha a imprensa local, só chamoscou o cabelo e os bigodes (*O Progresso*, 5.1.1901: 2).



Figura 1. O farmacêutico Monteiro da Fonseca na Farmácia Monteiro (início do século XX). Arquivo da Farmácia Santos Monteiro



Figura 2. Carimbo da Farmácia Monteiro. Arquivo da Farmácia Santos Monteiro

O dinamismo e o voluntarismo que caracterizava Monteiro da Fonseca colocaram-no muitas vezes no centro de polémicas, que a imprensa local alimentava. Em 1900, no rescaldo da controvérsia surgida aquando das já referidas eleições para a Mesa da Misericórdia, motivada por razões políticas – uma lista era apoiada pelo Partido Regenerador e outra pelo Partido Progressista –, Monteiro da Fonseca e a sua farmácia foram visados numa rubrica jocosa publicada no jornal conservador *A Semana* no dia 1 de setembro, intitulada «Através do Monóculo».

401

No ano seguinte, em 1901, o mesmo jornal em novo artigo que intitulou de «A interessante semana das comadres», lançou uma nova farpa a Monteiro da Fonseca, escrevendo «Na *soirée* que hoje deve ter lugar no Club Lamecense, o nosso amigo e hábil farmacêutico snr. J. Monteiro, a pedido de vários amigos recitará em espanhol a soberba poesia de Guerra Junqueiro *O mielro negro*. Espera-se sucesso enorme, se o distinto *diseur* chegar ao fim, sem o auxílio da Senhora dos Remédios» (*A Semana*, 16.2.1901: 2). O mesmo mote aparecerá dois anos depois, em pleno Carnaval, quando o mesmo jornal escreve num artigo intitulado «O mielro negro»:

Foi telegraficamente chamado a Salamanca o nosso estimado amigo sr. Joaquim Monteiro da Fonseca, para ali recitar amanhã, na *Plaza Mayor*, ao ar livre, a encantadora poesia *El mielro negro* que ele interpreta com tanto sentimento, e que tanto entusiasmo causou na última vez que a recitou nas salas do ilustre catedrático salamantino sr. D. Caio Alvarada. Augurámos um belo triunfo ao nosso amigo, e desde já o felicitamos por ele. Como vai a Salamanca, não se esqueça de levar o tradicional chapéu e concha dos romeiros da nossa cidade (*A Semana*, 21.2.1903: 1).

Esta referência ao poemeto de Guerra Junqueiro nada mais é do que uma clara alusão à irregular situação familiar de Monteiro da Fonseca – continuava viúvo, mas contava já com seis filhos de Maria Margarida Paixão, com quem vivia – e ao desagrado do clero local que o estaria a pressionar a casar. Em «O Melro» Guerra Junqueiro conta a história de um padre-cura que engaiolou os seis filhotes de um melro «negro, vibrante, luzidio, madrugador, jovial» que, «logo de manhã cedo começava a soltar d'entre o arvoredado verdadeiras risadas de cristal». A analogia é muito evidente. Aliás, as palavras perpassadas de ironia do jornal *A Semana* ganham um significado acrescido ao verificar-se que foi publicado uma semana depois de Joaquim Monteiro da Fonseca ter casado na Igreja de Almacave e no recato da noite, em 11 de fevereiro de 1903, com a mãe dos seus filhos. Desta forma e como escreveu, alguns dias mais tarde, o jornal *O Progresso*, Monteiro da Fonseca legitimou a sua união com Maria Margarida da Paixão Magalhães, «senhora que tinha há anos na sua companhia».

No dia seguinte ao do seu casamento, Monteiro da Fonseca e Maria Margarida batizaram o filho Artur nascido no ano anterior, dando-lhe por padrinhos dois lamecenses de relevância social, Artur Mendes de Magalhães, engenheiro civil e recebedor do concelho, e o médico Jaime Correia de Sousa (*O Progresso*, 14.2.1903: 2). O casal ofereceu depois um jantar «magnificamente servido» onde estiveram além da família, os «respeitáveis facultativos» José Correia da Silva Meneses, Eduardo Pereira do Vale, Arnaldo Leite «meritíssimo juiz da comarca», o abade João da Piedade Ferreira de Meneses e, ainda, Adriano Francisco Cardoso, Francisco de Almeida Ferreira de Carvalho, Francisco Pires Bordalo, José Bento Fernandes Vieira, António Augusto da Silva, António Albino de Andrade, conhecidos negociantes e proprietários de Lamego (*A Semana*, 14.2.1903: 2), nomes maiores do meio em que Monteiro da Fonseca circulava. A presença destes homens legitimava, aos olhos da sociedade local, Monteiro da Fonseca como um deles.

A celebração do casamento e a legitimação dos filhos já nascidos no início de fevereiro de 1903, contudo, poderá não ter sido, em exclusivo, o resultado da vontade do casal. Na verdade, a abertura do concurso da Santa Casa da Misericórdia para o lugar de farmacêutico da sua farmácia privativa alguns dias depois, a que Joaquim Monteiro da Fonseca se veio a candidatar, permite perceber que a legalização da sua situação familiar lhe terá aberto portas que até então lhe poderiam estar fechadas.

Por despacho do ministro do Reino, datado de 30 de janeiro «a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, foi autorizada a criar e prover, por meio de concurso, os lugares de administrador da nova farmácia e respetivo ajudante – este com o vencimento anual de 72\$000 réis e aquele com o de 240\$000» (*A Semana*, 21.2.1903: 1). Aberto o concurso para o lugar de farmacêutico, alguns dias depois do casamento, em final de fevereiro de 1903, apresentaram-se três candidatos: Joaquim Monteiro da Fonseca, Manuel Rodrigues de

Castro e Manuel de Oliveira Barros²³. A escolha unânime e por escrutínio secreto recaiu no primeiro. Afastando a ideia de favorecimento, o jornal *O Progresso* afirmou que ganhou o concurso quem todos esperavam, por ter a vantagem de ser irmão da Santa Casa da Misericórdia (*O Progresso*, 4.4.1903: 2).

Poucos meses depois, em 16 de abril de 1903 foi inaugurada a Farmácia da Santa Casa da Misericórdia, dando Monteiro da Fonseca início às suas novas funções, funções que irá desempenhar até 1919, mantendo, em simultâneo, a sua farmácia localizada na Praça do Comércio – a Farmácia Monteiro. Se até então, o jornal *A Semana* fazia notar ironicamente, na edição do dia 21 de fevereiro de 1903, que «O sr. Joaquim Monteiro da Fonseca, hábil farmacêutico d'esta cidade, foi visto ontem na sua farmácia duas horas seguidas. Hum!...», a partir daqui essa presença terá sido certamente mais difícil de gerir, até porque à participação ativa nas associações de que era membro, o farmacêutico virá a juntar, sobretudo a partir de 1901, uma empenhada intervenção na política local, primeiro no Partido Regenerador e, depois, no Partido Republicano Português.

2. A atuação cívica e política em prol do desenvolvimento de Lamego

Na primeira década do século XX, o farmacêutico Monteiro da Fonseca além de integrar associações de relevância na sociedade lamecense, distinguiu-se pela militância partidária ao nível local. Nos últimos anos da Monarquia Liberal esteve ligado ao Partido Regenerador, tendo-se deslocado à Régua em início de junho de 1901 para receber o coronel Augusto Pimentel Pinto, ministro no Governo regenerador de Hintze Ribeiro em visita a Lamego. Acompanharam-no na receção o médico Eduardo Pereira do Vale, Acácio Mendes e António Sousa Girão (*A Fraternidade*, 6.6.1901: 1).

Nesse mesmo ano de 1901, em finais de setembro, Monteiro da Fonseca exerceu as funções de presidente suplente da 2ª Assembleia (Britiande) para as eleições para a Câmara dos Deputados (*A Semana*, 28.9.1901 (suplemento): 1) e em inícios de novembro integrou, como substituto, a lista dos regeneradores na eleição camarária, juntamente com Francisco David Calder, visconde de S. Bento, entre outros, lista essa que ganhou à sua opositora, apresentada pelos progressistas (*A Semana*, 2.11.1901 (suplemento): 1). Em novembro de 1908, o seu nome integrou uma vez mais a lista regeneradora que, de novo, ganhou a eleição camarária, ficando eleito como vereador substituto (*A Semana*, 7.11.1908: 1). Foi a sua primeira eleição para um cargo político, embora o seu comprometimento cívico com a cidade já tivesse alguns anos.

23 ASCML, *Atas das Sessões da Mesa*, A – Lº 1, sessão de 31.3.1903, fl. 186.

Em outubro de 1903, foi nomeado pela Câmara Municipal para a Comissão de Recenseamento Militar²⁴. Em janeiro de 1904, tomou posse como vogal da Junta Repartidora da Contribuição Predial (A *Semana*, 2.1.1904: 1), o mesmo acontecendo em 1908²⁵. Em outubro de 1909, foi novamente nomeado, como substituto, para a Comissão Recenseamento Militar e para a Comissão de Repartidores da Contribuição Industrial (A *Semana*, 16.10.1909: 1).

O forte empenhamento na vida de Lamego, a idade – estava então na casa dos 40 anos – e as cumplicidades resultantes das redes de sociabilidade de que fazia parte e as circunstâncias políticas, sociais e económicas da região, terão justificado a participação ativa de Monteiro da Fonseca nos movimentos que, ao nível local e em diferentes momentos, procuraram exigir ao poder político sediado em Lisboa soluções para a grave crise instalada no Douro. Entre estas destaca-se a construção do caminho de ferro entre a Régua e Vila Nova das Naves, passando pelo centro da cidade, e a concretização de uma das grandes aspirações dos lamecenses entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX – a restauração do distrito de Lamego.

Mercê da crise que nestes primeiros anos de novecentos se fazia sentir no Douro – o agravamento da crise comercial tornou mais difíceis as condições de vida na região, com o empobrecimento dos pequenos viticultores e o desemprego dos jornaleiros, fazendo «emergir um espírito de ‘revolta latente’ e algumas formas de agitação popular mais violentas», sobretudo em 1909 e 1910 (Pereira, 2015: 80) –, a Associação Comercial de Lamego, pelo seu cariz e apesar da sua ainda curta existência, evidenciou-se pelo dinamismo e capacidade reivindicativa como um importante mobilizador dos negociantes e proprietários da região, impondo-se como o porta voz dos seus problemas junto do poder central, com recurso às redes de influência partidária. Contou para isso com o apoio da própria Câmara Municipal, tendo o presidente e membros da sua Direção, de que Monteiro da Fonseca fazia parte, reunido algumas vezes com a vereação camarária, como aconteceu em 21 de março de 1906. Reconhecida como uma melhoria essencial para o desenvolvimento da região, a Câmara Municipal de Lamego já há muito clamava pela construção da linha de caminho de ferro que passasse pela cidade. Essa era uma ideia discutida nas reuniões de vereação desde os anos de 1890²⁶ e retomada em força nos primeiros anos do século XX. Em 26 de outubro de 1905, foi mesmo tomada a decisão de constituir uma grande comissão para pressionar o Governo a avançar com a desejada construção²⁷.

24 AML, *Atas de Vereações*, Liv. 1900-1905, sessão 1.10.1903, fl. 76.

25 AML, *Atas de Vereações*. Liv. 1908-1912, sessão 3.12.1908, fl. 7v.

26 AML, *Atas de Vereações*, Liv. 1892-1900, sessão 13.8.1896, fl. 108.

27 AML, *Atas de Vereações*, Liv. 1905-1908, sessão 26.10.1905, fl. 26-26v.

Em maio de 1908, reuniu-se a Assembleia Geral da Associação Comercial de Lamego com a presença de todos os representantes locais dos partidos. Coube a Monteiro da Fonseca dar início aos trabalhos, agradecendo o apoio de todos e propondo Francisco Pires Bordalo para presidente da mesa, por ausência do presidente e do vice-presidente, e Luís Pereira Gomes e Melchior Guedes para secretários, o que foi aprovado. Alguns dos presentes usaram da palavra para elencar os melhoramentos necessários à cidade e ao concelho, entre os quais a construção do caminho de ferro. Em face do que ficou dito, Monteiro da Fonseca propôs que no domingo seguinte se promovesse uma manifestação pública com o povo das aldeias, que percorresse a cidade, da porta da Câmara à do Paço Episcopal, e que dela saísse uma comissão para ir a Lisboa, dizer ao rei D. Manuel II e ao Governo de Ferreira do Amaral da urgência do socorro a Lamego. As propostas foram aprovadas e a comissão ficou constituída, dela, contudo, não fazendo parte o farmacêutico (*O Progresso*, 27.5.1908: 1).

Dessa reunião da Associação Comercial saiu, ainda, um telegrama dirigido ao deputado do Partido Regenerador pelo círculo de Lamego, Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho, no qual se apresentavam as seguintes reivindicações e que foi por ele entregue e lido no Parlamento:

1. Suspensão do imposto de consumo para os vinhos do Douro que entrassem no Porto;
2. Construção do troço de caminho de ferro da Régua a Lamego;
3. Mandar o Governo proceder à construção de estradas e reparações de caminhos naquela região, para assim acudir aos operários que estão sem trabalho (DCD, sessão de 26.5.1908).

405

Poucos dias depois, a convite da mesma associação, esteve em Lamego para proferir uma conferência sobre a situação que então se vivia no Douro o deputado Joaquim Pedro Martins. Os dirigentes da Associação Comercial de Lamego sabiam que tinham de pressionar o poder político e, compreensivelmente, os deputados pelo círculo de Lamego eram a natural via de acesso ao Parlamento e ao Governo. Nessa sessão, Joaquim Monteiro da Fonseca não perdeu a oportunidade para expor a situação, tendo o conferencista respondido que o farmacêutico foi «bastante feliz nas suas expressões procurando traduzir o sentir geral», comprometendo-se depois a ser intérprete das suas palavras em Lisboa (*O Progresso*, 30.5.1908: 1).

Assumindo claramente a liderança do movimento, Monteiro da Fonseca reuniu a comissão local da Associação Comercial no dia seguinte. Começando por dar os parabéns ao comércio local por estar maioritariamente ali reunido, defendeu, num discurso galvanizador que:

O comércio, como os políticos locais, devem ensarilhar armas, unir-se nesta questão, que é das mais preponderantes, por se tratar dos interesses públicos. Diante desta iniciativa grandiosa e salvadora, que acabem divergências, inimizades e represálias, e que cada qual se lembre apenas de dar força ao movimento para debelar esta terrível crise que ameaça perturbar o sossego no concelho de Lamego, porque não há força que detenha as ondas populares quando a fome estende os braços, aperta e esgana os povos (*O Progresso*, 30.5.1908: 1; 2).

406 Nessa reunião não faltou o apoio do Partido Republicano Português, tendo sido lida uma carta do seu diretório, assinada pelo António José de Almeida, comprometendo-se a trabalhar com empenho em favor do povo de Lamego. Esta aproximação à «questão duriense» foi «uma estratégia de afirmação republicana no Alto Douro» (Sequeira, 2019: 109), «condição determinante no processo de republicanização» da região (Sequeira, 2019: 117). No final, Monteiro da Fonseca propôs que aquela ata fosse assinada por todos os sócios para «melhor assegurar a solidariedade de classe», proposta repudiada pelo comerciante Joaquim Pereira Gomes com o argumento de que o comércio era suficientemente honrado para que se devesse duvidar dos compromissos que tomava. Segundo a imprensa, o incidente foi amigavelmente sanado entre os dois (*O Progresso*, 30.5.1908: 1; 2). O momento exigia união.

Enquanto as vozes que clamavam pela ligação por caminho de ferro entre a Régua e Lamego se faziam ouvir como uma das soluções para a crise duriense, Monteiro da Fonseca não deixou passar a oportunidade de negócio, iniciando em abril desse ano, «uma corrida de automóveis» entre as duas localidades, com partida da Farmácia Monteiro, na Praça do Comércio, passando pelo «sr. Guedes» no Rossio (*O Progresso*, 25.4.1908: 2). A «gerência deste serviço para transporte de passageiros e bagagens», com automóveis de Manuel Fernandes Costeira, segundo a imprensa local, seria o início de um excelente serviço público – «O local para a saída e procura de carros é excelente e quem faz jornadas há de habituar-se facilmente a não esquecer que o farmacêutico Monteiro tem todos os dias corridas de automóveis para a Régua e tem automóveis para fretes» – apresentando-o como um importante melhoramento (*O Progresso*, 18.4.1908: 2). Desconhece-se quanto tempo durou este negócio e se foi bem sucedido.

Quanto ao deputado por Lamego, Joaquim Pedro Martins, retornando à capital, cumpriu o que prometeu tendo chamado a atenção do Governo na sessão da Câmara Baixa de 2 de junho de 1908

para a crise que atravessa o Douro e principalmente Lamego, que tem a honra de representar nesta Câmara. Ele, orador, foi na semana passada a Lamego e, tendo ali falado com pessoas de todas as categorias e parcialidades, teve ocasião de verificar quanto era aflitiva a crise que aquela região atravessa e a gravidade que apresenta, pois pode de um momento para o outro tornar-se numa questão de ordem pública. Isto, pode a Câmara crê-lo, não é um exagero da sua fantasia; foi o que ele, orador, verificou e o que já se desenhou em alguns telegramas que em Lisboa se têm recebido.

Acrescentando, logo de seguida:

A crise vinícola discutir-se-á depois, mas a crise atual é que não admite tardança nos remédios a aplicar-lhe e, repete, é absolutamente indispensável, para evitar, que se transforme em uma questão de ordem pública, que desde já se tomem providências. Várias providências têm sido pedidas, e entre elas a isenção dos direitos de consumo para os vinhos de pasto do Douro, a abertura de trabalhos públicos e principalmente a construção do caminho de ferro da Régua a Lamego. Este caminho de ferro, é importante, não só como meio de acudir à crise de trabalho, mas ainda porque o dinheiro nele empregado não é perdido, porque esse caminho de ferro não é um luxo para aquela região, mas tem um grande alcance económico. O movimento de mercadorias da Régua para Lamego é enorme, anda por uns cem carros por dia, e nestas condições o rendimento do caminho de ferro está assegurado. Espera, pois, que o Governo defira essa pretensão, que, além de ser útil no momento presente, pelos braços que emprega, contribua para o desenvolvimento económico do país (DCD, sessão de 2.6.1908).

407

Dias antes, na sessão de 26 de maio da mesma Câmara do Parlamento já o deputado por Lamego, Magalhães Ramalho, chefe local do Partido Regenerador, se referira à reunião realizada na Associação Comercial de Lamego, na qual Monteiro da Fonseca participara ativamente. Após a leitura do telegrama que lhe fora enviado pela Associação Comercial, Magalhães Ramalho referiu-se à primeira reivindicação dos lamecenses, a suspensão do imposto de consumo para os vinhos do Douro que entrassem no Porto, dizendo que o ministro da Fazenda já dissera no Parlamento que não podia satisfazê-la, mas que ainda nessa sessão apresentaria uma proposta, não para suprimir de todo o imposto de consumo, mas pelo menos para atenuá-lo quanto possível, fazendo o deputado votos para que não demore a fazê-lo (DCD, sessão de 26.5.1908).

Finalmente, sobre a construção do troço de caminho de ferro da Régua a Lamego reivindicada pela Associação Comercial, o mesmo deputado afirmou ter sido ele o primeiro a levantar essa questão no Parlamento em 1903 – o que não corresponde à verdade, porque o deputado Lucena e Faro já o fizera, alguns anos antes, na sessão da Câmara dos Deputados de 6 de abril de 1888.

Embora a referência na Câmara Baixa do Parlamento fosse importante, não bastava para assegurar que viesse a ser concretizada a construção do almejado caminho de ferro, por isso, a luta continuou no ano seguinte, quer por parte da Câmara Municipal, quer da Associação Comercial, com especial empenhamento do farmacêutico Monteiro da Fonseca.

Em março de 1909, o jovem rei D. Manuel II, em telegrama enviado á edilidade camarária, dizia ter recomendado ao governo o pedido feito para construção da linha de caminho de ferro²⁸, dando-se como certo o início próximo das obras na reunião da vereação camarária de 20 de março de 1909²⁹.

Por sua vez, a Associação Comercial em final de março de 1909 fez deslocar a Lisboa uma comissão, de que, uma vez mais, não fazia parte Monteiro da Fonseca, para pressionar o poder político. Ao pedir no Parlamento ao ministro das Obras Públicas esclarecimentos sobre a dotação de 50 contos de réis para começarem os trabalhos de construção do caminho de ferro da Régua a Lamego, noticiada pela imprensa da capital, e sobre as intenções acerca do prosseguimento dos trabalhos «para que não fiquem interrompidos e àquele caminho de ferro se leve a rápida e perfeita condução», o deputado Moreira de Almeida referiu que:

A Associação Comercial de Lamego veio a Lisboa e parece que essa missão foi coroada de bom êxito. A este respeito não há divergências partidárias, todos se interessam pela rápida construção desse caminho de ferro que vem atenuar uma difícil crise de trabalho determinada pela crise geral que aflige o Douro e ao mesmo tempo corresponde ás antigas e legítimas aspirações de uma região tão nobre por suas tradições, como digna de respeito pelo seu trabalho e pelo desinteresse (DCD, sessão de 23.5.1909).

O sucesso da Comissão na capital justificou a grande festa de receção em Lamego, após a sua chegada à Régua. Na sede da Associação Comercial, na Praça do Comércio, devidamente embandeirada, foram vários os que, depois dos foguetes de boas-vindas, quiseram usar da palavra, entre eles, «Falou [...] muito bem e com acentuado entusiasmo, o sr. Joaquim Monteiro da Fonseca», por entre vivas a todos os que integraram a comissão. Foram lidos, ainda, alguns telegramas de apoio, entre os quais o do escultor Teixeira Lopes. À noite

28 AML, *Atas de Vereações*, Liv. 1908-1912, sessão 11.3.1909, fl. 21.

29 AML, *Atas de Vereações*, Liv. 1908-1912, sessão 20.3.1909, fl. 24-24v.

partindo da Associação uma imponente «*marche aux flambeaux*» percorreu algumas das ruas da cidade até ao teatro onde se fez *reprise* do drama Santo António (*A Semana*, 27.3.1909: 1). Mostrando saber usar as influências partidárias, a Associação Comercial de Lamego contabilizava mais uma vitória, na qual o farmacêutico tinha também a sua quota-parte.

O reconhecimento do empenho de Joaquim Monteiro da Fonseca em defesa dos interesses de Lamego ressalta da leitura da imprensa local. Em 5 de junho de 1908, *O Progresso* refere estar o farmacêutico «ligeiramente enfermo», escrevendo que «estimamos vê-lo em breve completamente restabelecido e de novo entregue à afanosa lide em que ultimamente se empenhara e de que a falta de saúde o afastou» (*O Progresso*, 5.6.1908: 2). Um empenho, aliás, que o colocou no centro de uma polémica (mais uma!) iniciada num jornal de Lisboa. Em 28 de julho de 1908, o jornal lisboeta *O Radical*, na rubrica «Vida Local» publica um texto sobre Lamego, na qual o autor, identificado por «C.», começando por dizer que está muito calor e não há notícias, acrescenta que, «Na rua ainda a escassez de notícias vai disfarçando um pouco, mas nas associações seria de morrer de aborrecimento, se o farmacêutico Monteiro não tivesse o cuidado de fornecer algum assunto» (*O Radical*, 28.7.1908: 2). Desagrado, Monteiro da Fonseca ripostou, pedindo ao diretor do jornal lamecense *O Progresso* a publicação de uma carta dirigida ao correspondente em Lamego de *O Radical* (*O Progresso*, 1.8.1908: 2).

409

Esta carta mereceu a resposta do visado que, utilizando de novo as páginas de *O Radical*, afirma que não foi Joaquim Monteiro da Fonseca o autor da carta publicada n' *O Progresso*, mas sim um «certo professor do liceu» (*O Radical*, 3.8.1908: 2). O assunto terá ficado por ali.

Concomitantemente com a ativa participação política e associativa, Monteiro da Fonseca continuava a desenvolver a atividade como farmacêutico, quer na sua farmácia da Praça do Comércio, quer na Santa Casa da Misericórdia, cargo que manteve até 1919, por entre os maiores elogios. Nos anos seguintes à sua tomada de posse, os relatórios da Irmandade incluem referências muito positivas à Farmácia da instituição, nomeadamente ao nível financeiro. Considerando a criação da Farmácia hospitalar como uma das providências mais acertadas das últimas administrações, apresenta-se, além da vantagem financeira, a pontualidade no fornecimento dos medicamentos, a perfeição com que eram manipulados e a pureza e boa qualidade das substâncias adquiridas das melhores proveniências³⁰. O relatório de contas da Santa Casa de 1905 termina com um elogio ao farmacêutico: «É de justiça elogiar aqui e muito louvar o zelo e dedicação do administrador o senhor Joaquim Monteiro da Fonseca e sua respetiva ajudante a irmã Catarina, pois que não houve até esta data o menor motivo para lhes apoucar os serviços, antes pelo contrário»³¹.

30 ASCML, *Atas das Sessões da Mesa*, Lº B-5, fl. 37.

31 ASCML, *Atas das Sessões da Mesa*, Lº B-5, fl. 37v.

Na verdade, a Farmácia privativa passou a ocupar um lugar importante na gestão patrimonial da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, justificando mesmo a nomeação de uma Comissão da Farmácia. A primeira, composta por Acácio Mendes de Magalhães Ramalho, Manuel Pereira Fernandes e o médico Eduardo Pereira do Vale, entrou em funções em agosto de 1905³² e passou a trabalhar diretamente com o farmacêutico Monteiro da Fonseca, reforçando-se nos anos seguintes um processo burocrático cada vez mais centralizado na Mesa Administrativa da Santa Casa. A título de exemplo refira-se que em fevereiro de 1907, por ordem escrita do provedor Magalhães Ramalho foi comunicado a Joaquim Monteiro da Fonseca, farmacêutico do Hospital, que nenhuma droga ou medicamento podia ser comprada diretamente, mas apenas mediante requisição escrita, considerando-se que qualquer fornecimento sem requisição seria da sua inteira responsabilidade³³. Por sua vez, em 7 de dezembro de 1912, por ordem escrita do provedor Alfredo de Sousa, o farmacêutico foi informado de que só devia aviar medicamentos a doentes pobres com autorização do mesário encarregado em cada mês de visitar o hospital até cinco mil réis. Para os medicamentos fornecidos acima dessa quantia, ainda que com autorização do visitador, o valor seria descontado no vencimento do farmacêutico, a não ser que houvesse uma deliberação da Mesa nesse sentido³⁴.

410

No final dos primeiros cinco anos de funcionamento, em 1907, o balanço feito por uma comissão especialmente nomeada para esse efeito, constituída por Pedro Augusto do Couto Zagalo e os mesários João Carlos Guedes e António de Almeida Carvalhais, volta a sublinhar a diminuição das despesas conseguida com o funcionamento da Farmácia da Santa Casa e a elogiar o farmacêutico Monteiro da Fonseca. Segundo a referida comissão, o estado do mobiliário continuava excelente, os utensílios para manipulação de medicamentos em «irrepreensível estado de asseio e limpeza» e o «arranjo geral da farmácia é de primeira ordem, sendo devido ao muito zelo e bom gosto do sr. diretor da Farmácia, pelo que o julga digno de elogio, e bem assim a irmã hospitaleira sua ajudante». A isto acrescenta o jornal *O Progresso*, «Mas n'isto só há justiça, porque o sr. Monteiro da Fonseca, sendo como é, farmacêutico dos mais hábeis e de absoluta confiança, sabe cumprir tão bem e rigorosamente com os seus deveres como sabe ser irrepreensível e inexcusável na manipulação dos medicamentos» (*O Progresso*, 22.8.1908: 2). Mostrando-se atualizado quanto às inovações tecnológicas e a uma exigência crescente com os cuidados a ter na manipulação das drogas, em 10 de fevereiro de 1914, Monteiro da Fonseca requereu ao provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lamego a aquisição de aparelhos para a preparação na Farmácia da instituição das ampolas de soros injetáveis rigorosamente esterilizados³⁵, o que foi deferido.

32 ASCML, *Atas das Sessões da Mesa*, Lº B-5, fl. 42.

33 ASCML, *Ordens de Serviço* (1858-1931), C - Lº 667, fl. n. n.

34 ASCML, *Ordens de Serviço* (1858-1931), C - Lº 667, fl. n. n.

35 ASCML, *Ordens de Serviço* (1858-1931), C - Lº 667, fl. n. n.

Com a implantação da República, verifica-se o reposicionamento da elite local lamecense no novo xadrez político. Joaquim Monteiro da Fonseca fez a mesma opção. Até então nas fileiras do Partido Regenerador, vai agora ligar o seu nome ao Partido Republicano Português, reforçando a sua amizade com os novos homens do poder em Lamego. Sempre com o mesmo dinamismo e empenho. Se na década anterior estivera na primeira linha de tudo o que de relevante ia acontecendo na cidade, surgindo como um dos protagonistas das mudanças e do combate em defesa dos interesses da região, entre 1910 e 1917 o seu empenhamento não vai ser menor.

Em dezembro de 1910, Monteiro da Fonseca foi eleito jurado comercial para o 2º semestre (*A Fraternidade*, 10.12.1910: 2), mas, nos anos seguintes, o seu nome surge na imprensa associado às mais diversas situações. Logo em janeiro de 1911 foi eleito secretário da Direção da Associação Comercial presidida por Francisco Pereira Rebelo (*A Verdade*, 23.1.1911: 2). Nessa qualidade, fez parte da comissão encarregada de organizar o banquete a oferecer ao ministro da Guerra, coronel Correia Barreto, nos Paços do Concelho em 9 de abril, aquando da sua visita a Lamego, cujas despesas conforme decidido pela Comissão Municipal, foram asseguradas por subscrição pública³⁶.

No entanto, Joaquim Monteiro da Fonseca continuou a exercer as funções de farmacêutico na Santa Casa da Misericórdia e na sua farmácia na Praça do Comércio. Relativamente a esta última, vivia-se uma época de mudança e, por isso, exigente ao nível da gestão. Em 23 de março de 1911, foi a Farmácia Monteiro que, por decisão camarária e nos termos do art.º 2.º do decreto de 7 de março, foi designada depositária, no concelho, do soro antidiftérico produzido no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana³⁷.

Por sua vez, a obrigatoriedade de um dia de descanso semanal introduzida pelo novo regime no âmbito da reforma social que o Partido Republicano desde há muito defendia, obrigou a reorganizar o funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais, entre os quais, as farmácias. Por decisão da Câmara de Lamego de março de 1911, o descanso semanal passou a existir e a ser feito aos domingos a partir das 14 horas³⁸. Terminou, assim, em Lamego, o serviço permanente que as farmácias asseguravam, obrigando-as a encontrar, cumprindo a lei, uma forma de continuar a garantir o serviço à população no domingo à tarde. Abria-se uma nova fase na organização destes estabelecimentos.

Depois de ter estado fora na primeira quinzena de agosto, numa viagem junto à fronteira com Espanha com o médico Jaime Correia de Sousa (*O Progresso*, 5.8.1911: 1; 12.8.1911: 2), Monteiro da Fonseca acordou, em setembro de 1911, com os outros proprietários das farmácias da cidade que aos domingos, rotativamente, apenas uma delas estivesse aberta

36 AML, *Atas de Vereações*, Liv. 1908-1912, sessão 20.4.1910, fl. 113.

37 AML, *Atas de Vereações*, Liv. 1908-1912, sessão 23.3.1911, fl. 110v.

38 AML, *Atas de Vereações*, Liv. 1908-1912, sessão 4.3.1911, fl. 114.

ao público. Conforme o que já se fazia nas cidades de Lisboa e Porto, à porta das farmácias fechadas, seria afixada, bem visível, a indicação daquela que estivesse de serviço. Excepcionalmente, no caso da autoridade assim o exigir ou de haver necessidade de «prestar socorros imediatos», as outras farmácias poderiam abrir ao público. No domingo, 3 de setembro de 1911, deu-se início a este sistema de funcionamento, cabendo à Farmácia Monteiro assegurar em exclusividade o serviço à população (*O Progresso*, 2.9.1911: 1).

Em março de 1912, a Câmara Municipal e a Associação Comercial articularam-se para lançar um movimento que reclamasse junto do poder central a elevação de Lamego a sede de distrito, tal como acontecera durante pouco tempo em 1835, ao qual se associaram várias instituições locais. Sobre essa questão, em casa do advogado Alfredo de Sousa foi redigida uma representação ao Parlamento e constituída uma comissão que a fosse levar à capital: pela Câmara Municipal, Francisco Lopes da Gama, Mendes Guerra e Alfredo de Sousa, pela Associação Comercial, Francisco Pereira Rebelo, Melchior Guedes e Joaquim Monteiro da Fonseca, pelo corpo docente do liceu, o reitor Manuel da Silva Quintela, e pelos particulares, António Capela Osório da Mota e Duarte Lobo. Juntaram-se, ainda, João Baptista da Costa Gouveia, conceituado comerciante, e António Lopes da Gama, proprietário em Britiande. Em Lisboa foram recebidos pelo presidente da Câmara dos Deputados e pelo presidente do Senado, retornando a Lamego com muitas expectativas (*O Progresso*, 30.3.1912: 1; 2; *A Fraternidade*, 30.3.1912: 1) que o tempo mostrou serem infundadas.

412

O comprometimento de Monteiro da Fonseca com o desenvolvimento da cidade vai, contudo, continuar. Integrando a primeira vereação camarária eleita e sob a presidência do advogado Alfredo Pinto de Sousa, o farmacêutico tomou posse como vereador em 2 de janeiro de 1914, tendo ficado como substituto na eleição que então decorreu para a Comissão Executiva³⁹. No ano seguinte, a partir de 22 de maio de 1915, por renúncia do cargo de vereador de dois elementos da referida Comissão, passou a ter nela assento (*A Fraternidade*, 22.5.1915: 1).

É, pois, no exercício dessas funções que em 20 de julho de 1915 assistiu aquele que ficou conhecido como «o motim de Lamego» – quatro a cinco mil pessoas das aldeias de Cambres, Valdigem, Sande e Figueira manifestam-se em frente à Câmara Municipal contra a fome a crise instalada no Douro, sob a vigilância das forças militares e ao som dos sinos das igrejas a tocar a rebate. A Comissão Executiva da Câmara Municipal recebeu os representantes dos manifestantes para ouvir as suas reivindicações, mas a tensão crescente na rua levou ao escalar da violência do que resultaram 12 mortos, entre eles uma mulher, Ana Faininha, de Valdigem, e, pelo menos, vinte feridos.

39 AML, *Atas de Vereações*, Liv. 1914-1923, sessão 2.1.1914, fl. 1v-2.

A Câmara Municipal apressou-se a culpar os manifestantes pelo sucedido (Pereira, Sequeira, 2004: 72), tendo reunido dois dias depois. Nessa sessão, Joaquim Monteiro da Fonseca propôs uma reunião com diferentes coletividades, associados e proprietários para organizar uma «quête», cujo produto reverteria a favor das famílias das vítimas. Contudo, a Câmara, como escreveu o jornal *A Tribuna*, embora reconhecesse as benéficas intenções do vereador, não concordou com a proposta, devido ao estado de alteração em que ainda se encontra o povo do concelho (*A Tribuna*, 1.8.1915: 2). Descontente com a atitude dos seus pares, Monteiro da Fonseca declarou que não mais voltaria às sessões camarárias⁴⁰, o que, efetivamente, veio a acontecer. Não desistiu no entanto da sua ideia e, apesar da falta do apoio camarário, disponibilizou a sua Farmácia ao Grupo Sport Lamego para abrir uma subscrição para as vítimas, no que foi acompanhado pelos proprietários de outras conhecidas casas comerciais de Lamego como a Ferraz Sucessor, Lamego-Hotel, Farmácia Castro, Holet Vilhena, Confeitaria Edmundo Coelho e Farmácia Cardoso (*A Fraternidade*, 3.7.1915: 1).

A rutura com a Câmara Municipal de Lamego na sequência dos acontecimentos de 20 de julho de 1915 parece ter ditado o progressivo afastamento de Monteiro da Fonseca da política partidária local. Em 1916 foi candidato do Partido Republicano, como substituto a procurador à Junta Geral do Distrito (*A Tribuna*, 29.10.1916: 1), mas o mesmo já não acontece em 1917 (*A Tribuna*, 4.11.1917: 1). Continua, no entanto, a participar ativamente na Associação Comercial de Lamego e no Club Lamecense. Em janeiro de 1917 foi eleito secretário da Assembleia Geral da Associação Comercial presidida por Francisco Stanislau Júnior (*A Fraternidade*, 27.1.1917: 1).

Não há referência na imprensa à sua participação política na vida de Lamego durante o Sidonismo e a Monarquia do Norte, quer um quer outro com impacto significativo na cidade. As perseguições e os jogos políticos que durante estes anos se fizeram sentir na pequena cidade de Lamego⁴¹ não parecem coadunar-se com a sua maneira de ser.

Finalmente, quando em 1919, a imprensa local publicou o edital da Santa Casa da Misericórdia sobre a abertura do concurso documental para o provimento do lugar de farmacêutico do Hospital com o vencimento anual de 240\$00, Monteiro da Fonseca não se apresentou a concurso (*A Fraternidade*, 13.9.1919: 2).

40 AML, *Atas de Vereações*, Liv. 1914-1923, sessão 22.7.1915.

41 Ver a este propósito Ramalho, 2007: 115-122.



414 Figura 3. Anúncio publicitário da Farmácia Monteiro. O Beirão. Lamego, 1929

A Farmácia Monteiro de que era proprietário exigia-lhe então uma maior atenção. A oferta deste tipo de estabelecimento era, em Lamego, diversificada (entre 1908 e 1920 contabilizam-se pelo menos cinco – Farmácia Soares (Sé), Farmácia Cardoso (Rua Macário de Castro), Farmácia Central (Praça do Comércio), Farmácia Aragão (Rua de Almacave), Farmácia Castro (Rua de Almacave). A concorrência era, por isso, uma realidade da qual Monteiro da Fonseca e a sua Farmácia não se podiam alhear. A publicidade constante na imprensa local é disso um bom exemplo (Fig. 3).

Ao nível associativo, a atividade desenvolvida por Monteiro da Fonseca na Associação Comercial e no Club de Lamego continuava. Em janeiro de 1922 foi eleito para a Comissão de Contas do Club Lamecense presidido por Sancho Guedes de Magalhães como presidente e Albano Sardoeira como vice-presidente (*A Fraternidade*, 14.1.1922: 2); em janeiro de 1923 foi eleito presidente da Associação Comercial, para o biénio 1923-1924 (*A Fraternidade*, 24.1.1923: 1); e em 1927 é de novo eleito para presidente da Assembleia Geral dessa instituição (*A Fraternidade*, 19.2.1927: 2).

Mais velho e, sobretudo, mais desiludido com a política local e nacional, a militância cívica e partidária que o caracterizara no final da Monarquia e nos primeiros anos da República já não fazia parte da sua vida e assim continuará durante a Ditadura Militar.

Conclusão

Monteiro da Fonseca participou ativamente no desenvolvimento da cidade de Lamego onde se fixou como farmacêutico a partir de 1886. Espaço de sociabilidade de grande relevância nesse espaço urbano, conforme disso nos dá conta a imprensa local, a Farmácia Monteiro que fundou em 1899 constituiu-se como ponto de encontro e de troca de ideias das elites locais.

A inclusão nas redes do poder local, associativas e partidárias, foi essencial para potenciar as amizades e cumplicidades que lhe permitiram construir o seu espaço na sociedade local, integrando a pequena burguesia que no final do século XIX estava a fazer a sua afirmação na cidade de Lamego, defendendo os seus interesses e o da região duriense em que estava implantada.

Dinâmico e empenhado, Monteiro da Fonseca bateu-se no final da Monarquia pelo desenvolvimento de Lamego, em especial pela construção do caminho de ferro que servisse a cidade, considerada necessária para debelar a crise instalada na região e contribuir para minimizar a miséria que então se fazia sentir. Com igual empenhamento, continuará a fazer o mesmo nos primeiros anos da República enquanto acreditou que a mudança poderia acontecer. Desencantado com a política local e nacional, abandonou a vida partidária, após o motim de 1915, sem, contudo, deixar de participar ativamente em algumas das associações a que desde muito cedo ligara o seu nome.

415

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo da Farmácia Santos Monteiro – Fotografia de Monteiro da Fonseca na Farmácia (início séc. XX); Carimbo da Farmácia Monteiro.

Arquivo Distrital de Vila Real (ADVR) – *Registos Paroquiais*, Mesão Frio, Barqueiros, Batismos, Liv. 1864, fl. 10v; Casamentos, Liv. 1845-1859, fl. 39v.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lamego (ASCML) – *Livro de Registo dos Irmãos*, A – Lº 547; *Livro de Termos das Eleições*, B – Lº 1; *Atas das Sessões da Mesa*, A – Lº 1, Lº B-5; *Ordens de Serviço* (1858-1931), C – Lº 667.

Arquivo Distrital de Viseu (ADVIS) – *Registo Notarial*, Lamego, Notário José Benedito Gonçalves, Liv. 714/30, fl. 94v-95v; Notário Valentim Duarte Cerdeira, Liv. 772/48, fl. 10-12v.

Arquivo Municipal de Lamego (AML) – *Atas de Vereações*, Liv. 1892-1900, 1900-1905, 1905-1908, 1908-1912, 1912-1916, 1914-1923.

Arquivo-Museu Diocesano de Lamego (AMDL) – *Registos Paroquiais*, Lamego, Almacave, Batismos, Liv. 1871, fl. 27v-28; Liv. 1890, assento n.º 20; Liv. 1891, assento n.º 87; Liv. 1893, assento n.º 10; Liv. 1900, assento n.º 77; Batismos, Liv. 1903, assento n.º 12; Óbitos, Liv. 1893, assento n.º 24; Casamentos, Liv. 1903, assento n.º 5; Lamego, Várzea de Abrunhais, Óbitos, Liv. 1892, assento n.º 4.

Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos (CDF) – *Processo de Joaquim Monteiro da Fonseca*, PT/OF/CDF/C-A/004-004/0003/00010.

Fontes hemerográficas

Fraternidade (A). Lamego, 1912-1935.

Progresso (O). Lamego, 1885-1920.

Radical (O). Lisboa, 1908.

Semana (A). Lamego, 1898-1910.

Fontes impressas

ANDRADE, António Albino de. (1892). *O Novo Hospital Dom Luiz Primeiro da Santa Casa da Misericórdia de Lamego. Relatório da sua Fundação apresentado na Sessão Solemne da Inauguração em 15 de maio de 1892*. Lamego: Minerva da Loja Vermelha (ed. fac-simile).

Diário da Camara dos Senhores Deputados. Lisboa, 1908; 1909.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios da Fazenda (1905). *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1.

Bibliografia

CARVALHO, Aida Maria Oliveira. (2013). *Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego*. Vila Real (Tese de doutoramento apresentada à UTAD).

CRUZ, Antonieta. (2007). Em torno das elites durienses da regeneração à república. *Trocadero, Revista del Departamento de Historia Moderna, Contemporánea, de América y del Arte*, 19, 95-110.

CUNHA, Guilherme de Barros e. (1951). *Sobre o aluguer de Farmácias*. Sep. Notícias Farmacêuticas. Coimbra: Notícias Farmacêuticas.

DIAS, José Pedro Sousa. (2020). O ensino de Farmácia em Lisboa (1834-1934). In MATOS, Sérgio Campos, RAMOS DO Ó, Jorge, *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XX*, (vol. 2, p. 729-777). Lisboa: Tinta da China.

LAKE, Ronald La Due; HUCKFELDT, Robert. (1998). *Social Capital, Social Networks, and Political Participation*. *Political Psychology*, 19 (3), 567-584.

- MOREIRA, Ana Rita Ferreira. (2018). *O Estudo da Casa Nobre na cidade de Lamego*. Lamego: Museu de Lamego, Direção Regional da Cultura do Norte.
- OSTROM, Elinor; AHN, T. K. (2007). The Meaning of Social Capital and its link to collective action. In SVENDSEN, Gert Tingaard; SVENDSEN, Gunnar Lind Haase, eds., *Handbook of Social Capital: The Troika of Sociology, Political Science and Economics*. Edward Elgar Publishing.
- PEREIRA, Gaspar Martins. (2015). O motim de Lamego, um momento histórico da consagração da denominação de origem “Porto” para os vinhos generosos da Região Demarcada do Douro. In FALCÃO, Alexandra Isabel; SEBASTIAN, Luís, eds., *Movimentos políticos e sociais no Douro entre o liberalismo e a democracia (nos 100 anos do motim de Lamego)*. Atas das 3as conferências do Museu de Lamego/CITCEM, (p. 75-82). Lamego: Museu de Lamego, CITCEM.
- PEREIRA, Gaspar Martins; SEQUEIRA, Carla. (2004). Da «missão de Alijó» ao «motim de Lamego». Crise e revolta no Douro vinhateiro em inícios do século XX. *História*, III série, 5, 59-77.
- PEREIRA, Joana Dias; SAMARA, Maria Alice; GODINHO, Paula. (2016). Introdução. In PEREIRA, Joana Dias; SAMARA, Maria Alice; GODINHO, Paula, eds, *Espaços, redes e sociabilidades. Cultura e política no associativismo contemporâneo*, (p. 6-8). Lisboa: Instituto de História Contemporânea.
- PEREIRA, Lucília dos Santos Nunes. (2011). *O Município de Lamego (1799-1851). Elites e Poder Local*. Porto (Tese de doutoramento apresentada à Universidade Portucalense).
- RAMALHO, Miguel Nunes. (2007). *A Opressão Salazarista e a Força da Liberdade. Alfredo de Sousa, um resistente*. Lisboa: Prefácio.
- SEQUEIRA, Carla (2019). A Primeira República na Região Duriense. In PEREIRA, Gaspar Martins; AMORIM, Maria Norberta; LAGE, Maria Otília Pereira, coord., *Douro e Pico. Paisagens Culturais. Património Mundial*, (p. 107-118). Porto: CITCEM.

